

## Heterogeneidade linguística: a questão do tratamento dos dados da língua na pós-modernidade

Sandro Roberto Mazurechen  
*Complexo de Ensino Superior Campo Real*  
*Guarapuava, PR*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo levantar alguns pontos referentes às possibilidades de tratamento de dados linguísticos, a partir da contraposição entre as ideias que surgiram do estruturalismo saussureano e as ideias discutidas por Kanavillil Rajagopalan, no que diz respeito aos aparatos utilizados em investigações linguísticas. A relação entre os conceitos de pós-modernidade e globalização está intrinsecamente ligada à temática sugerida, principalmente quando se traz à tona a problemática da variação da língua portuguesa e seu lugar na comunidade global atualmente. Tomando como exemplo a localização da língua portuguesa nesse contexto, abordar-se-ão as considerações de Weinreich, Labov e Herzog sobre um modelo apropriado para os estudos linguísticos.

**Palavras-chave:** Pós-modernidade. Globalização. Estudos linguísticos. Método científico e Língua Portuguesa.

**Abstract:** This paper has for objective to raise up some referring points to the possibilities of linguistic data handling from the contraposition between the ideas which had appeared in the structuralism from Saussure and the ideas argued for Kanavillil Rajagopalan in relation to the apparatuses used in linguistic research. The relation between the concepts of post-modernity and globalization is really related to the thematic here suggested, mainly when we bring up the problem of the variation in the portuguese language and its place in the global community currently. Taking the place of the portuguese language in this context, as example, the considerations of Weinreich, Labov and Herzog about an appropriate model for the linguistic studies will be approached.

**Key words:** Linguistic studies. Post-modernity. Globalization. Scientific method and Portuguese Language.

Os dois argumentos levantados pela crítica da ciência compreendem, em primeira instância, a impossibilidade de o humano ser objeto de ciência devido à sua subjetividade; e, em segunda, a fundamentação na pressuposição de a objetividade ser algo ilusório, visto o fenômeno humano sempre intrincado por um viés ideológico. Essas posições, vistas como céticas por muitos, no

entanto, são o foco de discussões infundáveis, quando se trata do recorte feito pelas ciências humanas e sociais como, por exemplo, a linguística, no que se refere aos estudos de variação e estrutura.

Segundo Habermas (2003), a dialética negativa de Adorno e a desconstrução de Derrida, que trabalham basicamente com o conceito de negação da negação, servem para minar esse tipo de afirmação, feito por aqueles que defendem uma ciência que se encaminhe para os fatos sociais – como a língua – sem a visão de mensurabilidade imposta pelo método científico do final do séc. XIX. Para ele, esse movimento, levado a extremos, é paradoxal, já que a “[...] autocrítica totalizante da razão enreda-se na contradição performativa: não pode convencer a razão centrada no sujeito de sua natureza autoritária senão recorrendo aos próprios meios dessa razão”.

Ao encarar a ciência como apenas razão – e se entenda aqui razão como instrumento lógico e inflexível para se aferir a verdade – deixa-se de lado uma gama infinitamente rica de fatos no mundo que são substanciais para entender-se, como afirma Humbolt (1988), a constitutividade do ser a partir da língua.

Essa crítica ao cientificismo positivista – sensível nas observações de Heidegger, de E. Junger e de Spengler (apud FRANCHI, 1992), entre outros, a respeito da noção de método – está presente na instauração das ciências humanas e do vitalismo voluntarista de Nietzsche como modelo das ciências (ditas) físicas. Com efeito, configurar o elemento humano como objeto científico coloca, desde a sua origem, o problema de saber de que forma a interioridade – isto é, o metafísico, a linguagem e sua formalização pela fala – pode ser elevada à categoria de ciência (*episteme*) e, em caso afirmativo, qual o modelo a adotar.

No entanto, em primeiro lugar, para se ter ideia da complexidade das discussões em torno do tema, é necessário entrar em contato com alguns dos fatores que as expandem dentro da esfera da filosofia da ciência.

O primeiro ponto diz respeito à definição do período temporal em que nos encontramos. A autodefinição de sua época dada pelos modernistas, na transição do séc. XIX para o séc. XX, assume um papel determinante na busca de uma fixação de termo para definir o momento em que nós vivemos. O modernismo, ou sociedade moderna, serve de baldrame para a tentativa de definição do tempo que o segue: o pós-modernismo.

Segundo Dosse (2003), a sociedade pós-moderna foi inaugurada no ano de 1968 e é marcada pela ideia de fragmentação do saber, fazendo com

que o mundo contemporâneo tomasse direção oposta ao arcabouço disciplinar definido pela modernidade.

Assim,

[...] se a modernidade se define como a época da superação, da novidade que envelhece e é logo substituída por outra novidade, num movimento imparável que desencoraja toda a criatividade ao mesmo tempo em que a exige e impõe como única forma de vida - se é assim, então não se poderá sair da modernidade pensando em superá-la. [...] Nietzsche vê muito claramente - já no texto de 1874 - que a superação é uma categoria tipicamente moderna e que, portanto, não é possível poder determinar uma saída da modernidade. (VATTIMO, 2002)

Jean Baudrillard (apud CASTRO, 2003) distinguiu modernidade e pós-modernidade, tentando explicar a realidade como um conjunto de modelos. A modernidade, então, ter-se-ia iniciado com a revolução industrial; e a pós-modernidade seria o período em que impera a comunicação de massa. Segundo ele, vivemos no êxtase da comunicação, em que imperam as simulações.

Sendo dessa forma, o que importa discutir a respeito do pós-modernismo é saber não só o que o termo significa, mas também, e talvez mais importante, qual o sentido daquilo que ele significa – se aceitarmos que realmente é esta a melhor designação para nossa época. Ao levar-se em consideração o prefixo pós-, entendendo-o ligado semanticamente a uma resposta à modernidade, opondo-a ou não, de forma a dar a ela uma continuidade diferenciada, também se remete a certo esgotamento das taxonomias.

Na mesma tônica de Baudrillard, afirma-se que é “[...] a partir de 1989, quando a mídia impressa e eletrônica globalizada invade ainda mais todas as esferas da vida social, em todo mundo” e que prevalece ideias de

uma ‘nova ordem econômica mundial’, ‘fim da história’, ‘fim da geografia’. É assim que a metáfora da ‘mão invisível’, idealizada pelo liberalismo clássico nos horizontes do Estado-nação, ressurgiu idealizada pelo neoliberalismo nos horizontes da globalização. Aos poucos, as produções e reproduções da cultura de massa em escala mundial criam a ilusão de uma universalização das condições e possibilidades do mercado e da democracia, do capital e da cidadania. (IANNI, 2007).

Outros autores, entretanto, valem-se de diferentes termos na tentativa que conceituar a contemporaneidade. Zigmunt Bauman (2007),

por exemplo, afirma que a pós-modernidade rompe com a ilusão da modernidade. Apesar de utilizar o termo em suas primeiras publicações, este foi substituído em sua obra pela expressão modernidade líquida, já que ele “[...] foi temporariamente útil, como uma espécie de conceito ‘improvisado’.” Para o autor, pós-modernidade sugeriria o término da modernidade, o início de outra era – o que seria uma afirmação errônea. A liquidez da sociedade seria “[...] a incapacidade endêmica de nossa sociedade, e de qualquer parte dela, de manter sua forma por algum período de tempo.”

Essa discussão sobre o conceito delimitador do período em que nos encontramos é importante, devido à percepção da realidade em que nos inserimos e de como são observados os fenômenos linguísticos que nos rodeiam ao encararmos o mundo da forma que se apresenta sócio/político/culturalmente organizado.

O segundo ponto importante em nossa abordagem, nunca desvinculado das considerações acima, refere-se justamente à globalização apontada por Ianni (2007). Essa, nos moldes em que se configura, é um fenômeno sócio/político/cultural, ou seja, influencia não só o mundo dos negócios e finanças internacionais, e os seus atores não são apenas – nem fundamentalmente – os Estados; mas também modifica sobremaneira nosso comportamento frente às coisas do mundo e como o vemos. Dessa forma,

[...] é um erro pensar-se que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não é apenas mais uma coisa que ‘anda por aí’, remota e afastada do indivíduo. É também um fenômeno ‘interior’, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas. (GIDDENS, 2006).

Em outras palavras, somos parte intrínseca desse elemento social. O autor assevera, ainda, que:

Nem os cépticos nem os radicais compreenderam inteiramente o que é a globalização ou quais são as suas implicações em relação às nossas vidas. Para ambos os grupos, trata-se, antes de tudo, de um fenômeno de natureza econômica. O que é um erro. A globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica. (GIDDENS, 2006).

Destarte, ao delimitarmos essas quatro dimensões (a política, a tecnológica, a cultural e a econômica), vamos além das duas concepções que normalmente se manifestam sobre o assunto, ou seja, entre os que acham

a globalização uma posição ideológica (ligada ao neoliberalismo) ou parte do processo histórico em curso, e entre os que a consideram uma realidade positiva ou negativa.

Na verdade, as duas posições não podem ser encaradas como rigidamente separadas. Aspectos importantes dessas duas formas de perceber a realidade devem ser levados em conta, quando se tem por objetivo analisar a forma como as ciências humanas e sociais manuseiam seus objetos de pesquisa. Uma das características da cultura contemporânea, ou pós-moderna, é a substituição das noções tradicionais de cultura, identidade cultural nacional, identidade em geral e, mesmo, de nação (pelo menos, e mais fortemente, nos países da União Europeia). Trabalhar com dados linguísticos nesse ambiente vai então muito além delimitar os estudos referentes a uma língua nacional. Esclareça-se aqui que a língua de uma nação – entendida pelo termo língua oficial – também não é o único elemento de que tratam os linguístas. Hoje, qualquer pessoa com acesso mínimo à informação – seja por TV, revistas, jornais ou internet – tem uma cultura geral composta por uma rede de figuras, ideias e imagens que se apresentam de forma cíclica por todo o planeta, desvinculadas de uma referência local ou nacional. A definição de nação em termos de poder, espaço e população feita pelos autores de ciência política e pelos juristas dilui-se a cada dia. Sendo assim, os autores que falavam de cultura nacional em termos de homogeneidade, de língua ou de etnia, mostram-se há muito desatualizados e desvencilhados de qualquer aproximação empírica com as sociedades atuais.

As perspectivas para abordarmos os novos contextos científico/sociais são, então, o multiculturalismo, a transculturalidade. Apesar de paradoxalmente constatarmos a presença do fundamentalismo – como intérprete dos novos confrontos, sejam ideológicos, filosóficos, políticos ou militares; do cosmopolitismo – entendido como a abertura ao outro, a visão globalizante ou globalizada do mundo; e do relativismo – a partir da ideia de ausência de preconceitos *a priori* no modo como vemos a figura do que nos é estrangeiro, pode-se dizer que a visão conceitual de aldeia global, profetizada por McLuhan em 1962, é uma realidade. Entretanto, não estamos afirmando aqui que se pode imaginar uma espécie de “Mc-Donaldização” dos dados linguísticos ou das línguas. A tentativa da adoção do esperanto, por exemplo, como língua franca mundial, nos dá ideia da frustração de qualquer investida nesse sentido.

A ilusão de se poder operar com dados linguísticos homogêneos – levando-se em consideração que a língua é espelho direto, primeiro do indivíduo, segundo da cultura – talvez seja mais bem elucidada ao se analisar, a exemplo, a situação de uma dada língua natural.

Ao tomarmos a língua portuguesa como parâmetro, com mais de 220 milhões de pessoas utilizando-a como primeira língua em oito países, já teremos um quadro sincrônico bastante interessante e esclarecedor sobre o escopo deste artigo. Diacronicamente, a questão da língua é ainda mais interessante e polêmica. Portugal, seio da última flor do Lácio, sempre foi, apesar da expansão quinhentista, um país fechado que não soube aproveitar culturalmente e socialmente a posição privilegiada que teve para olhar o mundo. Ao longo dos séculos, levando a própria experiência linguística, nas emigrações principalmente para a África, para os arquipélagos dos Açores, Madeira, Cabo Verde e para o Brasil, os portugueses contribuíram, nesses outros países, com o encontro entre-linguístico e com a construção de novas identidades linguísticas híbridas. No entanto, pouco se aproveitou, desse contato, em Portugal.

Somente no fim da década de setenta, do século XX, por meio dos fluxos mediais, que o mundo, e uma segunda vez o Brasil, foi realmente descoberto por Portugal. Com os meios de comunicação – o rádio, a imprensa, a internet, mas, sobretudo, a televisão – Portugal abriu-se aos contra-fluxos culturais ou fluxos de volta, de retorno. Os portugueses começam a encontrar o outro linguístico, as outras faces da própria língua – além do movimento físico no espaço geográfico – pelas viagens indiretas e pelas práticas simbólicas e imaginárias na difusão das mídias. O deslocamento linguístico caracterizou-se então por, nos termos de Clifford (1999), viagens culturais, ou, conforme Moores (2000), por uma “[...] viagem sem partida, migrações sem abandono do lugar de origem”. “As narrativas começaram a viajar”, como diz Buonanno (2002), e com elas uma nova forma de enfrentar a realidade linguística.

O econômico/político engendrado ao cultural e linguístico na sociedade globalizada pós-moderna pode ir ainda mais além – como na questão de Portugal estar em um local semiperiférico no contexto mundial político/econômico e a influência disso na percepção da cultura lusófona dentro desse contexto globalizado; ou na constatação da marginalidade da cultura lusófona nesse contexto e das nossas individualidades culturais. Contudo, não cabe embrenharmo-nos em tais questões, já que o problema

geral aqui discutido está objetivamente centrado em conceitos que remetem à filosofia da linguística.

Gouveia (2006), ao discorrer sobre as correntes de crítica literária no século XIX e XX, grifa exatamente a tônica de nossa discussão. Segundo o autor, as correntes de crítica literária parecem

[...] extremamente presas ao discurso estranho de uma cientificidade que queria ser sinônimo de verdade, usando o saber ou o conhecimento específico para julgar todas as nossas ações e pensamentos, quando não tinha capacidade de chegar a áreas do viver que não se adaptavam ao método, à metodologia, que vinha se aplicando com êxito em uns setores e quase nenhum êxito em outros, desde o século XV. (GOUVEIA, 2006).

A mesma crítica pode ser feita aos métodos utilizados para o tratamento dos dados linguísticos. É com o advento da escola estruturalista que se tem a ploriferação do tratamento homogêneo desses dados. Justamente a partir desse primeiro ponto, temos as principais ideias defendidas por Weinreich, Labov e Herzog (apud TARALLO, 1994). Partirei da enumeração dessas ideias – da mesma forma que aparecem em *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa* –, para apresentar considerações referentes ao assunto à luz de alguns estudiosos da linguagem.

Weinreich, Labov e Herzog, segundo Tarallo (1994), defendem as seguintes ideias:

1. “[...] as teorias estruturais da linguagem, tão proficuas na investigação sincrônica, obscurecem a linguística histórica com um conjunto de paradoxos que ainda não foram totalmente vencidos.”;
2. “[...] o neogramático Herann Paul foi aparentemente ‘o primeiro a isolar a língua falada pelo indivíduo como o objeto mais legítimo para os estudos linguísticos’.”;
3. “[...] o endurecimento do paradoxo no período saussureano, em que a homogeneidade da linguagem – supostamente encontrável no idioleto – era tomada como base e pré-requisito para a análise linguística.”;
4. O florescimento da descrição e da análise linguística depois da segunda guerra mundial: a) “a língua da comunidade como sistema diferenciado” e b) tentativas de “reconciliar fatos observados de

heterogeneidade linguísticas às provas teóricas em busca de ordem e estrutura.”;

5. e, finalmente, um modelo de linguagem que pretenda acomodar os fatos do uso variável e de seus denominadores sociais estilísticos “não somente leva a descrições mais adequadas da competência linguística, como também proporciona uma teoria de mudança linguística que vencerá os paradoxos com que a linguística histórica tem se debatido há mais de cinquenta anos.”

No mesmo tom dos itens 1, 2 e 3 acima, Rajagopalan (1997) discute ( ou seria melhor dizer, ataca) ferrenhamente o que o próprio autor chama de ficção da homogeneidade linguística. Em seu artigo, já em seu resumo, afirma que o conceito de homogeneidade abriga uma proposta ideológica perigosa e propõe o fim da prática da homogeneização, ou, citando Lemos (1998), da higienização, dos dados levantados para as práticas linguísticas.

Segundo Rajagopalan (2000), os teóricos da linguística, entendida como ciência, reconhecem dois pontos verdadeiramente importantes no que diz respeito ao tratamento dos dados: a) por um lado, tais teóricos argumentam que a língua, “[...] deve ser como uma instância onde prevaleceria completa homogeneidade”; b) por outro lado, entretanto, há a heterogeneidade da fala – conceito que aparece já no início do estruturalismo, primeira metade do séc. XX, na obra *Curso de linguística geral*, assim como em *Troisième cours de linguistique generale* (1910-1911) d’après les cahiers d’Emile Constantin e *Écrits de linguistique générale*, (SAUSSURE, 2008, 1993, 2002). É, então, a idealização de homogeneização que permite o trabalho científico com a língua, o que é prática comum na ciência.

Esse conceito de homogeneização remonta ao pensamento de Heidegger (apud FRANCHI, 1992). Para ele, essa mensurabilidade sobre o real denomina-se objetividade calculável. Acontece que o ponto principal dessa discussão é a mensurabilidade do ser humano e sua linguagem, visto que são inseparáveis. Segundo Heidegger “A linguagem é a morada do ser”. Assim, em contraposição com a realidade, torna-se mensurável o que é imensurável.

Quando Foucault refere-se a violência contra a realidade, percebemos que dentro da linguística não estamos praticando uma violência apenas contra dados ou fatos empíricos. Rajagopalam (2004) segue no mesmo sentido, admitindo que existe uma segregação efetiva quando se deixam de lado as

diferenças linguísticas existentes, até mesmo entre falantes de uma mesma variante. Acontece que essa seleção de dados para as análises linguísticas acaba selecionando não só dados. Segundo este autor, os conceitos de língua e falante de língua estão intrinsecamente ligados. Ou seja, podemos dizer que, ao descartarmos certos dados da língua, estamos descartando algo do falante dessa língua. Citando Lyons, o autor assevera que as diferenças na fala de duas pessoas que falam a mesma língua “[...] refletem as diferenças de idade, sexo, grupos sociais diferentes, formação escolar, interesses culturais.” e que “todas elas [são] importantes e, ao menos em princípio, devem ser explicadas pelo linguísta”.

Após essas considerações, o autor entra no tema de como a proposta da homogeneização se confunde com a prática da higienização. O termo higienização parece caracterizar bem o que Rajagopalam (2004) chama de proposta ideológica perigosa da homogeneização. A discussão gira em torno de como é procedida a seleção dos dados para a pesquisa científica. De acordo com o autor, esse processo de seleção acaba deixando de lado fatos linguísticos importantes, ou seja, “[...] o que entra como ‘matéria prima’ do trabalho teórico nunca é um conjunto de dados achados *in natura*”. Para enfatizar como a questão linguística tem um caráter ideológico, o autor cita Fairclough (1989) que levanta a pergunta: “Será que foi por um simples acaso que o surgimento do conceito de *langue* ocorreu num período em que o mito da língua nacional estava no seu auge – isto é, na virada do século XX?” O que segue, de acordo com a citação de Pennycook (1994), parece ser o princípio de uma homogeneização social a partir de um conceito de “língua como meio de comunicação compartilhado por membros de [...] grupos nacionais/culturais” na formação dos novos Estados no período pós-Renascentista. Fica, assim, clara a força ideológica centrada na questão da língua.

Citando novamente Fairclough (1989), o autor afirma que o conceito de falante de língua também foi fabricado com o intuito de servir interesses ideológicos muito precisos. Entretanto esse conceito não é concebido em critérios estritamente linguísticos. Mesmo após milênios de pensamento sobre a linguagem, a linguística é obrigada a apelar para critérios geopolíticos e ideológicos para algumas de suas definições, como por exemplo a de falante nativo.

A ideologia de que esse conceito está investido é a de “[...] uma pureza linguística, jamais atingível na vida real”, “o que se procura, em outras

palavras, é o Bom Selvagem linguístico, não contaminado pelo contato com falantes de outros idiomas.” (RAJAGOPALAM, 2004), o que o autor chama de quimera. Citando a ideologia alemã, que concebia o puro ariano, pureza essa que sabemos inatingível e inócua, o autor pergunta se não seríamos capazes de cometer as mesmas atrocidades como as cometidas em nome da pureza étnica idealizada por Hitler em nome de um ideal linguístico.

Essa questão já foi levantada nos termos de uma discussão sobre a pergunta “Quem é o verdadeiro dono da língua inglesa?”, sugerida por quatro autores de língua indiana. Rajagopalam (2004) aponta como essa ideologia da homogeneização opera no conceito de falante nativo, a partir das respostas advindas de vários linguístas que se dispuseram a responder a pergunta acima. Novamente é colocada a questão da heterogeneidade que está, indubitavelmente, relacionada com a língua. O ponto central da discussão está justamente nas diferenças existentes no inglês, tendo em vista a grande abrangência territorial que essa língua alcançou na época das colonizações e no fato dessa língua não ser mais apenas um instrumento de comunicação, mas uma mercadoria. As respostas apontam para o que já foi citado anteriormente. Poucos linguístas apresentaram uma posição firme quanto ao conceito de falante nativo e, os que o fizeram, não descartaram seu caráter político-ideológico. Segundo Rajagopalam (2004), o que realmente foi trazido à tona com essa discussão foi a fragilidade do conceito linguístico de falante nativo. Como podemos constatar, é justamente a ideia da heterogeneização que acaba fragilizando esse conceito.

Outro ponto levantado é como os linguístas têm se posicionado frente às variedades *non-standard*. Alguns chegam a sugerir a simples eliminação ou substituição dessas por dialetos de mais prestígio. Vale lembrar, que o conceito de dialeto, assim como o de língua, ainda não é bem claro. Na verdade “[...] distinção entre língua e dialeto jamais foi esclarecida em termos puramente linguísticos ou formais.” (RAJAGOPALAM, 1997). O que mais preocupa nesse tipo de sugestão é justamente a ideologia escondida no conceito de homogeneização, que já discutimos acima.

É claro o descontentamento quanto a essa prática. Entretanto, apesar de a heterogeneidade linguística ser um fato incontestável, alguns questionamentos parecem rondar as afirmações acima sobre os dados linguísticos. O primeiro é se é possível fazer ciência linguística sem se remeter ao protejo científico da mensurabilidade. O segundo parte do seguinte ponto: se a linguística se afirma como ciência a partir do momento em que se faz um recorte de dados linguísticos

e, conseqüentemente, passa a homogeneizar esses dados, que papel uma tentativa de reconhecimento, ou, ainda mais, de trabalho científico com dados heterogeneizados, representaria na afirmação da linguística como ciência?

Nesse sentido, Franchi (1992), em *Linguagem – Atividade Constitutiva*, afirma que essa não é a questão principal a ser discutida. Nesse artigo, o autor deixa de lado a assunção de que o “[...] homem se comporta diante da linguagem como diante de uma instituição”, o que, segundo o autor, apesar de “restringir o conjunto das formas [...] sobre o qual o sujeito efetua suas opções linguísticas expressivas”, dificulta o trabalho dos estudiosos, que necessitam dessa noção de regularidade, ou, segundo Saussure (apud FRANCHI, 1992), desse “conjunto de convenções [...] adotadas pelo corpo social”, para fazer seus estudos. Defende, em seguida, a linguagem como entidade teórica necessária, ao contrário da tradição behaviorista de Blomfield. De acordo com o que afirmam os linguístas que seguem a linha Blomfieldiana, explica Franchi (1992), “[...] o que existe [...] são os discursos efetivamente produzidos nas diferentes línguas.” Essa visão reduziria tudo a um *corpus* para os instrumentos de análise. Assim, a linguística seria um inventário e descrição de procedimentos e descobertas e a gramática se restringiria “[...] à representação dos resultados obtidos via generalização indutiva a partir das regularidades estabelecidas na análise sistemática”.

O autor também adverte que se deve evitar confundir o objeto, princípios e métodos da linguística (como a teoria da linguagem) com trabalhos sistemáticos de análise (ou “forma de investigação e experimentação controlada”), apesar de admitir sua conveniência.

Segundo ele, no que tange à uma teoria da linguagem, uma perspectiva mais atraente seria “[...] aquela que considera a linguagem e as línguas naturais a partir de noções relacionadas com a função de comunicação”, situando-a em relação a seu uso social e às possibilidades de interpretação a partir da interação de interlocutores. É essa assunção básica, trabalhada com diferentes propósitos e métodos, que desenvolve teorias diferentes, porém com uma mesma filosofia da linguagem.

A preocupação com a teoria da linguagem está relacionada com o fato de se evitar reduzir a linguagem “[...] a um papel de ferramenta social, a limitar-se pela observação de sua face exterior, puramente instrumental.” (FRANCHI, 1992). Em outras palavras, o autor sugere a investigação da forma interior da linguagem, sem, entretanto, limitar-se ao seu estudo funcional. É explícito o caráter funcional de comunicação, função de interação entre

os indivíduos, concernente à linguagem, mas, como bem ressalta Franchi (1992), “[...] se queremos imaginar esse comportamento como uma ação livre e ativa e criadora [...] temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade”. Reforça ainda, dizendo que “[...] antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração” e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento.

A partir desse momento toma-se como exemplo a descrição funcionalista (no que tange à unilateralidade do processo) que desconsidera a flexibilidade da língua. Nesse sentido, Franchi (1992) comenta que “a linguagem não é somente o instrumento de inserção do homem entre outros; é também o instrumento de intervenção e da dialética entre cada um de nós no mundo”; e que o “[...] funcionalismo tem examinado, com detalhes as ações em que a língua *está*, deixando à margem a ação que ela *é*” (grifo do autor). Contrapondo essa visão, Franchi (1992), afirma que “[...] a atividade linguística, além de envolver a relação de funções sociais exteriores, [...], realiza-se em uma multiplicidade de operações subjacentes, interiores ao sujeito, de que a confirmação superficial das expressões é traço revelador”. Com isso, não se pode pensar na atividade linguística como reduzida a um pensar e significar lógico, visto que informa, também, um pensar e significar analógico. Em outras palavras “Em si mesma, a linguagem não é um produto (ergon) mas uma atividade (energeia)” (HUMBOLT, 1988).

Deleuze e Guattari (1995), em *Agenciamento da palavra de ordem*, questionam se “[...] haveria constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo.” e se “[...] só se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão”.

Os autores iniciam salientando que a máquina do ensino obrigatório “[...] não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática.” Essa base dual, como bem sabemos, não está presente somente na gramática tradicional, que é amplamente disseminada nas instituições de ensino, mas também na base dos mais variados estudos linguísticos, como, por exemplo, nas clássicas dualidades *langue-parole* do estruturalismo de Saussure (2008), e *competência-performance* do gerativismo de Chomsky (1995).

O que os autores levantam a partir desse ponto é o conceito de palavra de ordem, que seria a unidade elementar da linguagem, em suma: o enunciado. Nesse sentido, alertam que é preciso definir uma faculdade que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. Citando Spender, observam

que “[...] as formas fundamentais da fala não são o enunciado de um juízo nem a expressão de um sentimento, mas ‘o comando, o testemunho de obediência, a asserção, a pergunta, a afirmação ou a negação’” (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Com isso afirmam que a regra da gramática é um marcador de poder antes de ser um marcador sintático, isto é, inserem aqui a proposta da palavra de ordem.

Nesse sentido, assumem haver constantes dentro de uma dada língua, entretanto, estas não seriam suficientes para defini-la como um sistema homogêneo. Assim como já foi exposto por Hajagopalan (1997), a questão das invariantes estruturais é essencial para a linguística, porque é sob essa condição que a linguística pode reivindicar para si uma pura cientificidade. A injeção da pragmática em um modelo linguístico (levando em consideração toda sua característica variável heterogênea) parece ser o ponto crucial para Deleuze e Guattari (1995).

Para se compreender melhor o que está em questão, os autores se voltam para discussão que opõe Chomsky a Labov. Segundo eles:

Chomsky exige somente que se trace, dentro desse conjunto, um sistema homogêneo ou padrão como condição de abstração, de idealização, tornando possível um estudo científico de direito. [...] Chomsky finge acreditar que Labov, quando afirma seu interesse pelos traços variáveis da linguagem, se instala assim em uma pragmática de fato, exterior à linguística. Entretanto, Labov tem outra ambição. Quando ele destaca linhas de variação-inerente, não vê nestas apenas ‘variantes livres’ que se refeririam à pronúncia, ao estilo ou aos traços não-pertinentes, estando fora do sistema e deixando subsistir a homogeneidade do sistema [...] É a própria variação que é sistemática [...] Na variação Labov vê um componente de direito que afeta de dentro cada sistema, e o faz seguir ou saltar por sua própria potência, impedindo-o de fechar-se sobre si, de homogeneizá-lo em princípio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Nesse sentido, então, colocar em variação contínua seria fazer passar o enunciado por todas as variáveis - fonológicas, sintáticas, semânticas, prosódicas – que podem afetá-lo no mais breve instante de tempo. Ou seja, seria preciso um modelo, uma máquina abstrata capaz de dar conta dessa mudança constante de variáveis, já que todas as línguas estão em variação contínua imanente: “[...] nem sincronia nem diacronia, mas assincronia, cromatismo como estado variável e contínuo da língua.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

A metáfora usada pelos autores é a seguinte: “É a mesma coisa que gaguejar, mas estando gago da linguagem e não simplesmente da fala.” A partir disso, é que temos uma noção mais apurada do agenciamento como iniciador do processo de autocriação contínua e sucessiva da linguagem. Ainda mais quando os autores afirmam que “A máquina abstrata não existe independentemente do agenciamento, assim como o agenciamento não funciona independentemente da máquina.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

Quando os autores abordam efetivamente a questão de só se poder estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão, a resposta parece ser negativa. O que mais chama à atenção em seu texto, é que parece não haver problemas no fato de existir uma separação entre conceito político e o conceito linguístico de língua ou dialeto, o que, como vimos acima, também está envolvido na questão da investigação científica sobre a língua.

Deleuze e Guattari (1995) afirmam que não existe língua mãe. Para eles, raramente se distinguem fronteiras nítidas nos mapas dos dialetos, mas zonas limítrofes e transicionais, de indistinguibilidade. Ou seja, com isso assumem que a própria noção de dialeto é bastante incerta. Além disso, o conceito de dialeto é relativo

[...] porque é preciso saber em relação a que língua maior ela exerce uma função: por exemplo, a língua quebequense não é avaliada apenas em relação a um francês padrão, mas em relação ao inglês maior do qual ela toma emprestado todos os tipos de elementos fonéticos e sintáticos para fazê-los variar. (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

Acrescentam, também, que é inútil criticar o imperialismo mundial de uma língua, denunciando as corrupções que ela introduz nas outras línguas, apesar de termos aí mais um fator que contribua para o ‘refazimento’ da significação, tanto na língua, quanto na linguagem.

Nesse sentido, dizem que, do ponto de vista mais geral da linguística, “[...] a posição de Chomsky e Labov não deixa de se cruzar, e de transmutar”. Chomsky pode dizer que uma língua, mesmo menor, dialetal ou de gueto, não pode ser estudada fora das condições que dela extraem invariantes, e que eliminam as variáveis extrínsecas ou mistas; mas Labov pode responder que uma língua, mesmo maior e padrão, não pode ser estudada independentemente das variações inerentes, que não são precisamente nem mistas nem extrínsecas.

Terminam afirmando que, “[...] não se chegará a um sistema homogêneo que não seja ou que não venha a ser trabalhado por uma variação

imane, contínua e regrada.” É nessa linha de pensamento que temos a seguinte afirmação:

Mesmo se possuíssemos todos os detalhes lexicais e gramaticais necessários dos dois maiores ramos das línguas, e.g. Sânscrito e Semítico, nós ainda teríamos feito um pequeno progresso, no sentido de um esforço para alcançar as características de ambos, tanto em simples linhas gerais, como permitir uma comparação frutífera entre eles, quanto numa determinação de seus lugares atribuídos, por referência ao poder mental das nações, na iniciativa geral da criação da língua. Isso ainda demanda uma procura especial pelas fontes comuns de peculiaridades individuais, o desenho comum dos traços espalhados dentro da imagem de um todo orgânico. Só assim adquiriríamos uma maneira de apreender tais detalhes. Para se comparar línguas diferentes, de modo frutífero, uma com a outra, considerando suas estruturas características, devemos investigar cuidadosamente a forma de cada uma, e, dessa maneira, certificarmo-nos como cada uma resolve os problemas principais com os quais toda a criação de linguagem é confrontada. (HUMBOLDT, 1988).

O autor afirma, ainda, que o conceito de forma não exclui, como tal, nada factual e individual; na realidade, para ser tudo estabelecido somente em base histórica, juntamente com os traços mais individuais, é o fato compreendido e incluído nesse conceito. Na realidade, é somente se for seguido o caminho aqui indicado, que todos os detalhes serão seguramente colocados sob investigação, desde que, caso contrário, eles prontamente corram o risco de ser negligenciados. Isso direciona, admitidamente, a um exame laborioso de fundamentos, os quais, frequentemente, estendem-se a minúcias. Mas também existem detalhes, claramente, muito insignificantes neles mesmos, dos quais o efeito total das línguas é dependente e nada é tão inconsistente com seus estudos como desejar procurar nelas somente o que é grande, inspirado e pré-eminente. A investigação exata de toda sutileza gramatical, toda divisão de palavras em seus elementos, só é necessária se não quisermos ser expostos a erros em todos os nossos julgamentos sobre elas. É então evidente que, no conceito de forma linguística, nenhum detalhe deve ser aceito como fato isolado, mas somente um método de construção de linguagem pode ser descoberto nessa maneira.

Como deve ser notado aqui, tanto a identidade quanto a afinidade das línguas deve repousar na identidade e na afinidade de suas formas, desde que o efeito possa ser somente igual à causa. Então, a forma sozinha decide a quais outras línguas uma língua é ligada por laços familiares. Se aplicarmos isso à sequela da língua Kawi, a qual, entretanto, deve ter incorporado muitas palavras do Sânscrito, não se pode acreditar no relato dessa ser uma língua Malaia.

As formas de muitas línguas podem ser agrupadas em uma forma mais geral ainda (e, na realidade, as formas de todas fazem isso), e nós, em qualquer lugar, explicamos simplesmente do mais geral: das conexões e relações das ideias requisitadas para designar conceitos e organizar falas, da similaridade de órgãos vocais, cujo escopo e natureza permitem somente certo número de sons articulados e, finalmente, das relações obtidas entre sons particulares de consoantes e vogais e certas impressões sensoriais que, então, dão origem à similaridade de designação, sem relacionamento de família linguística. Nas línguas, a individualização dentro de uma conformidade geral é algo tão maravilhoso, que nós podemos dizer, com devida certeza, que a todo ser humano tem uma língua, e que cada homem tem uma língua em si.

Como se vê, as ideias levantadas por Tarallo (1994) sobre os conceitos abordados por Weinreich, Labov e Herzog são sustentadas até hoje, no intuito de se desconsiderar o tratamento homogêneo dos dados linguísticos. Assim sendo, dentro desse movimento cíclico pós-moderno, na tentativa de superar o próprio conceito de superação, a linguística, assim como todos os outros ramos de ciência, engendra-se por um período de autoanálise, e por que não dizer, a passos lentos, de autorreformulação. Com isso, podemos perceber que as considerações desses autores não parecem estar tão longe de serem, pelo menos, sistematizadas.

## **Referências**

- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BUONANNO, M. *Além da proximidade cultural*. Comunicação do Seminário da Telenovela outubro 2002, São Paulo: USP, 2002.
- CASTRO, C. A. P. de. *Sociologia aplicada ao direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- CLIFFORD, J. *Strade*. Torino: Bollati Boringhieri. 1999.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Agenciamento da palavra de ordem In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 34. ed. v. 2. Rio de Janeiro, 1995.
- DOSSE, F. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, no. 22, Jan./Jun., 1992.

- GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2006.
- GOUVEIA, A. H. *Crítica da cultura*, Disponível em: <<http://pluridata.sites.uol.com.br/ccl/x.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- HABERMAS, J. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUMBOLT, W. V. *On language: the diversity of human language-structure and its influence on the mental development of mankind*. Cambridge: University Press, 1988.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEMOS, C. T. G. Interrelações entre a Linguística e outras ciências. *Boletim ABRALIN*, 22. Florianópolis: Abralin, de 1998, p.20-32.
- MOORES, S. *Media and everyday life in modern society*. Edimburg: Edimburg University Press, 2000.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 29. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Troisième cours de linguistique générale (1910-1911) d'après les cahiers d'Émile Constantin e Écrits de linguistique générale*. Oxford: Pergamin Press, 1993.
- RAJAGOPALAN, K. A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão de heterogeneidade na Linguística, *Revista Letras*, Curitiba, v. 14, 1997, p. 21-37.
- \_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.
- VATTIMO, G. *O fim da Modernidade: niilismo e hermenêutico na cultura Pós-Moderna*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical Foundations for a Theory of Language*. Columbia University. Diretion for historial linguístic. Austin, 1968.

